

PAULA, Sandra Ramalho de. *Representações sociais de políticas públicas para a educação: PROEM – Programa de Expansão do Ensino Médio (1996-2002) e o caso do Ensino Médio no Paraná.* Curitiba: Mestrado em Sociologia da UFPR, 2004. 137 p.¹

Diego José Ribeiro²

- Enviado em 16/06/2016
- Aprovado em 18/06/2016

Para a realização do trabalho, Sandra atuou em dois colégios: Colégio Estadual José Guimarães e Colégio Paulo Leminski, entre os meses de abril e agosto de 2003. Ela realizou observações nos três turnos de aula (manhã, tarde e noite), acompanhando diversas atividades que ocorriam no cotidiano dos colégios, tais como a chegada de professores e alunos na escola, descanso no intervalo, saída de professores e alunos ao término das aulas.

A escolha dos dois colégios se deu por apresentarem diferentes posições quanto à implementação do PROEM: o Colégio Estadual José Guimarães, localizado no bairro Vila Hauer de Curitiba, implementou o PROEM em 1998 e eliminou o ensino técnico, passando a adotar as novas Diretrizes do Ensino Médio, conforme determinação do Ministério da Educação no ano de 1999. Já o Colégio Paulo Leminski, localizado no bairro do Tarumã, também em Curitiba, não implementou as reformas exigidas pelo Governo do Estado, mantendo o curso de Magistério como opção de formação e trabalho, em decisão que teve respaldo da comunidade, dos professores e da direção.

¹ Dissertação de Mestrado em Sociologia defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR no ano de 2004 realizado sob a orientação do Professor Doutor Marcio de Oliveira e co-orientação da Professora Doutora Maria Tarcisa Silva Bega. Versão integral disponível em <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/34779/R%20-%20D%20-%20SANDRA%20RAMALHO%20DE%20PAULA.pdf?sequence=1>

² Estudante do curso de Licenciatura em Física da UTFPR/Campus Curitiba. E-mail: diegoribeiro@alunos.utfpr.edu.br

Para atender ao objetivo principal de seu trabalho, que consistia em entender as ações do Estado frente aos processos de reforma para a educação do Ensino Médio e o reconhecimento dos atores sociais envolvidos, Sandra atuou como uma pesquisadora integrada ao grupo, porém sem uma imersão nas práticas cotidianas, visto que não se buscava realizar uma etnografia escolar. Foram realizadas 23 entrevistas, tendo como referencial a Teoria das Representações Sociais, valendo-se de um roteiro nas entrevistas específicas com os professores dos colégios e uma entrevista não-diretiva com os demais entrevistados.

A fim de entender melhor o processo de implementação do PROEM, a pesquisadora também realizou uma entrevista com um membro da equipe gestora do projeto e, ao longo do processo de desenvolvimento do trabalho, foi constatada a necessidade de se entrevistar as equipes pedagógicas dos colégios na época de implementação do projeto, mesmo que elas não mais atuassem nas instituições no ano de 2003, visto que tais pessoas foram atores importantes nos processos de decisão da implementação ou não do programa nos colégios.

No capítulo sobre os conceitos de representações sociais, Sandra vale-se de diversos autores de referência para estabelecer conceitos de Representações Sociais e como elas se dão. A pesquisadora iniciou uma análise a partir dos estudos desenvolvidos por Durkheim e progrediu até a reconceitualização das representações sociais, desenvolvida por Moscovici e colaboradores, sempre atentando ao fato de que sempre se está sujeito ao risco de reduzir toda uma realidade às representações que os sujeitos fazem dela.

A pesquisadora apresenta, de acordo com tais teorias, a política de reforma para a educação de ensino médio no Paraná como um objeto de análise das representações sociais. Ao trabalhar com dois colégios que passaram por esse processo de formas diferentes, Sandra notou que, mesmo ambos estando inseridos em uma mesma cidade e em contextos similares, suas organizações internas levaram a posições diferentes sobre um mesmo tema, e essa diferença na aplicação de uma nova política os levou a caminhos completamente distantes. Não se buscou, em nenhum momento, traçar comparativos entre as duas instituições, nem tampouco analisar e discutir as práticas docentes em sala de aula e/ou da coordenação pedagógica. Também não foram objetos de estudo o conceito de qualidade de educação na escola pública, optando-se por “focar o conteúdo das falas dos atores envolvidos no processo de reforma do ensino médio das escolas públicas do Estado do Paraná”.

No capítulo sobre o Estado e as Políticas Públicas, é apresentado as características do Estado, abordando inicialmente dois aspectos do Estado Contemporâneo: os direitos fundamentais e

garantias do status quo e os direitos sociais imprevisíveis mas presentes em todos os contextos sociais. Para tanto a autora utiliza de referenciais como Weber e Neumann, e faz um breve apanhado de características históricas e econômicas que influenciaram e modificaram os conceitos de Estado desde o século XIX até o início do século XXI.

Em seguida Sandra aborda o surgimento do Neoliberalismo e a sua implementação nos países da América Latina e como esse modelo político gerou um recuo nos serviços e benefícios sociais públicos. Em especial no Brasil, a autora detalha como a descentralização, que, geralmente, contribuiu para o avanço nas políticas públicas sociais, acabou sendo um obstáculo a mais nesse sentido, uma vez que governos federais, estaduais e municipais não possuíam seus papéis claros.

No item “Os caminhos das políticas públicas para a educação” a autora continua a detalhar o processo de descentralização, focando agora nas políticas de reforma do ensino, citando principalmente a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em 1988, a qual teve seu processo de implementação executado por apenas alguns estados, dentre eles o Paraná. Não houve, até o momento de defesa da dissertação em 2004, nenhum movimento de descentralização do ensino amplo, uniforme e consistente no Brasil, apesar dos ensinos fundamental e médio não serem mais de responsabilidade federal. A descentralização que ocorreu com o passar do tempo foi fruto da responsabilidade sobre esses dois grupos (fundamental e médio) serem cada vez mais dos estados e municípios, que implementaram novas políticas de acordo com interesses políticos locais específicos.

Em “Os (des) caminhos das políticas educacionais no Brasil”, item seguinte, a autora apresenta uma breve construção histórica da educação brasileira, tendo como objetivo encontrar elementos de continuidade (e também de descontinuidade) para as políticas públicas atuais. Para isso aborda em grande parte a história da educação no país no começo do século XX, descrevendo leis e aplicações que existiram até a Constituição de 1988.

Por fim, em “O Período Posterior à 1988” trata principalmente da LDB: quem a criou, baseado em quais perspectivas e referenciais; como ela foi estruturada e aplicada em diversos estados da nação e as relações existentes entre o modelo econômico vigente e o modelo educacional.

O capítulo “O Paraná e o PROEM (1996-2002)” traz um breve histórico das discussões sobre reformas educacionais ocorridos no estado do Paraná a partir da década de 1980, até o início da implementação do PROEM em 1998, implementação essa que ocorreu com auxílio financeiro do

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). São discutidas nesse capítulo as motivações existentes para a criação do projeto e a sua implementação, em especial com a relação empresa-governo-ensino, na qual o governo, neste caso o governo estadual, cria e implementa novas políticas educacionais a fim de suprir as necessidades de mercado das empresas. Porém, no estado do Paraná não foi visto esse aumento em vagas técnicas no Ensino Médio, ocorrendo apenas o aumento nas vagas gerais para o Ensino Médio, visando universalizar o ensino. Infelizmente, tal aumento de vagas não se deu de forma orgânica e inteligente, com o aumento da infraestrutura necessária e valorização de professores e profissionais da área de educação, apenas foi aumentado o número de alunos em sala de aula, com turmas chegando a 50 e 60 alunos.

Há também uma preocupação da autora com a visão da educação neste período. Enquanto o número de vagas no Ensino Médio praticamente dobrou em seis anos, a visão da educação mudou, tirando-a de uma das bases da sociedade para apenas mais um produto a ser consumido pelo mercado.

“Vozes ausentes” é o capítulo em que Sandra volta a comentar sobre os dois colégios em que a pesquisa foi desenvolvida, trazendo um breve histórico de cada um bem como dados de infraestrutura e números de profissionais e alunos envolvidos. Como resultado das entrevistas, a pesquisadora obteve, em termos gerais, as seguintes posições dos profissionais de cada colégio:

- **Colégio José Guimarães:** a implementação do PROEM foi considerada necessária, mas questiona-se o modo como ocorreu. Cursos reconhecidos pela comunidade foram fechados e a escola perdeu um pouco da infraestrutura que tinha. O PROEM é bastante criticado pelos professores entrevistados, uma vez que sem os cursos técnicos os alunos não saíram do colégio com uma profissão, além da já citada superlotação de alunos; e, por parte de alguns professores, críticas à forma como foi conduzida a aceitação pela implementação do PROEM, com a direção da escola “impondo” o programa, uma vez que a liberação de verbas estava vinculada a ele.
- **Colégio Paulo Leminski:** a não-implementação do PROEM partiu da coordenação do colégio e dos professores, que não queriam o fechamento do curso de Magistério. Com a decisão de não integrar o projeto o colégio ficou sem receber verbas destinadas ao PROEM, que outras escolas recebiam, além de uma exclusão política. Entretanto, houve uma maior inclusão da comunidade com o colégio, questões discutidas com todos e a busca por melhorias e qualidade.

Em suas considerações finais a autora traz visões diferentes da relação entre governo e escola, bem como a influência do mercado nela, concluindo que está longe de haver um consenso

no assunto. Aborda também o desalinhamento entre o que é anunciado pelo governo (em todas as esferas) e o que é vivenciado pelos professores em sala de aula. Enquanto os primeiros anunciam a expansão do ensino público de qualidade, os educadores listam uma série de problemas por eles enfrentados e a exclusão das discussões que decidem as políticas públicas da educação.